

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS MULHERES EVANGÉLICAS NA POLÍTICA

Jamille Bezerra

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9923>

Submetido em: 2024-09-13

Postado em: 2024-09-14 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS MULHERES EVANGÉLICAS NA POLÍTICA

Jamille Narciso dos Reis Bezerra
<https://orcid.org/0000-0003-3002-7821>
<nrbjam@gmail.com>
PPGCIS PUC-RIO. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO: As mulheres evangélicas vêm se organizando e ampliando sua atuação social para além da esfera institucional de suas igrejas. Com um discurso acessível e técnico, essas vozes ecoam através de canais midiáticos e artísticos, alcançam milhares de adeptas/fiéis dentro e fora do país, e estão cada vez mais presentes na cena da política formal. O cristianismo evangélico e sua ocupação na esfera pública são questões nos desdobramentos da pesquisa em andamento, sob análises etnográficas dos espaços virtuais e presenciais. Podemos encontrar diferentes perfis de mulheres religiosas atuantes em projetos, campanhas, programas de capacitação em políticas públicas, sendo assim, buscamos compreender como os direitos civis estão impactando a agenda política das mulheres evangélicas. Se faz necessário analisar a cena que se encontra o debate do Feminismo como projeto social e o desenvolvimento dos direitos civis para as mulheres por dentro do campo das teologias cristãs. Assim como tantas outras escolhas, essas narrativas e doutrinas observadas não são hegemônicas, mas são ecos dos encontros espelhados e possíveis dobras da construção do pensamento social nacional e internacional.

Palavras-chave: Mulheres evangélicas, política formal, capacitação, políticas públicas.

PUBLIC POLICIES AND EVANGELICAL WOMEN IN POLITICS

ABSTRACT: Evangelical women have been organizing and expanding their social action beyond the institutional sphere of their churches. With an accessible and technical discourse, these voices echo through media and artistic channels, reaching thousands of followers inside and outside the country, and are increasingly present on the formal political scene. Evangelical Christianity and its occupation of the public sphere are issues in the unfolding of ongoing research, under ethnographic analysis of virtual and face-to-face spaces. We can find different profiles of religious women active in projects, campaigns and public policy training programs, so we seek to understand how civil rights are impacting the political agenda of evangelical women. It is necessary to analyze the debate on feminism as a social project and the development of civil rights for women within the field of Christian theologies. Like so many other choices, these narratives and doctrines observed are not hegemonic, but are echoes of mirrored encounters and possible folds in the construction of national and international social thought.

Keywords: Evangelical women, formal policy, capacity, public policy.

INTRODUÇÃO

Historicamente as igrejas são celeiros de movimentos sociais ou ali são encontrados reflexos dos mesmos. Uma instituição que sofre influência dos fluxos em transformação, com resistências, movimentos tradicionais que flexionam as mudanças mais radicais, porém, pode-se observar tendências vivas e fluidas. É com base nessa fluidez que inclino a perspectiva dessa pesquisa, para desbravar e qualificar os desdobramentos que coincidem com os fluxos das transformações sociais que a política civil vem desenvolvendo. Os direitos civis, direitos à dignidade, à vida humana, combate às violências, direitos à equidade, combate às desigualdades, são temas universais e distintos grupos sociais vêm consolidando suas identidades e reivindicando seus direitos. Com os sujeitos religiosos não é diferente. Teólogas feministas hoje atuam dentro de suas comunidades religiosas com pautas diretamente feministas, lidam com o debate e linguagem política de forma direta. Rodas de debates, reuniões e curso de formação podem ser encontrados nas agendas de algumas igrejas em diferentes denominações. Também existem os cenários mais contidos, onde os temas e questões da agenda feminista se dissolvem no cotidiano, onde a terminologia “feminismo” nem mesmo é acionada. Estou falando das comunidades mais conservadoras, mais tradicionais, as denominações que começaram a falar de combate à violência doméstica no círculo de oração, que hoje estão com mais vozes para abordar questões sobre denunciar um abuso ou assédio. Ao falarmos sobre esses cenários, precisamos visualizar os possíveis *selfies*: mulheres que se encontram em vulnerabilidade socioeconômicas, mulheres que por diversas vezes deixaram de denunciar alguma violência por “orientação” da sua liderança religiosa, mulheres sem instrução e acesso as informações de como fazer uma denúncia, mulheres que vem de ciclos familiares de violência... O debate sobre a viabilidade de denunciar tais violências tem alcançado essas mulheres através das campanhas políticas. É através de uma liderança comunitária que se envolve com alguma campanha que teve acesso ao panfleto ou a algum curso que agregou informações, assim, aquela informação serve como reforço do comercial que está sendo circulando na televisão. Eis que o acesso ao direito de denunciar se torna uma opção. As políticas públicas e sua capilarização ganham vida no ordinário. Sob a esfera dos novos movimentos religiosos surge o encontro e direcionamentos referente aos direitos humanos, a da paz global, ao meio ambiente e ao bem-estar do indivíduo, assim como a crença na ciência, a adaptação ao mundo tecnológico, também, ao fundamentalismo religioso, a crítica ao feminismo institucionalizado ocidental e universal.

I. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO

Machado das Dores (2012) aponta para uma literatura especializada que apresenta a multiplicação, diferenciação de grupos pentecostais, a revisão da posição cultural e da política partidária brasileira, posição essa predominante durante uma boa parte do século XX. Com isso, se tem uma análise que identifica modificações expressivas no campo da cultura, como a “flexibilização dos usos e costumes; a adoção da Teologia da Prosperidade; a capacidade de selecionar e incorporar elementos da agenda política de movimentos sociais; e os investimentos crescentes nos meios de comunicação eletrônicos”. Já no campo da política, se encontram a “aproximação dos atores religiosos com os partidos políticos; a ampliação da presença de líderes religiosos no Legislativo; e o interesse tanto pelas concessões de canais de televisão e de rádio, quanto pelas parcerias com as agências governamentais na área da ação social”.

A categoria “violência” aumentou a sua abrangência e seus sentidos e se impôs como uma das justificativas centrais para reordenações necessárias dos espaços da cidade, desdobrando-se em políticas de repressão, de controle, de vigilância e também de medidas sócio morais dos sujeitos que seriam seus alvos preferenciais. As mediações promovidas pelos atores religiosos no tratamento do “problema da violência” se desenvolveram ao longo desse processo e integraram os debates e também alguns dos dispositivos engendrados para governar a cidade, seus conflitos e suas populações. (BIRMAN, 2012)

Para Patrícia Birman, a “religião como cimento necessário de uma nação”, aborda a perspectiva de um secularismo tolerante e democrático, onde a religião estaria como representante da esfera pública. Nos anos 60, movimentos de intelectuais com proximidade da Teologia da Libertação na América Latina, buscavam superar o tema da violência. O secularismo como ideologia do Estado, abandona a visão contrária à religião. Com esse movimento pudemos associar uma série de políticas públicas como o “Movimento contra a Fome”, a construção da rede de projetos para conscientização da cidadania, a busca pelo bem-estar social, à assistência pública e privada como proposta de inclusão, enfim, a busca pelos direitos sociais. Nesse cenário a paz foi relacionada à espiritualidade.

O ordenamento político deste movimento buscou elaborar seus rituais de modo a valorizar uma demanda secular pelo religioso como forma de fazer a bandeira da paz presente em toda a cidade. Especialistas em produção do sagrado e em formas simbólicas, os religiosos, se uniram a especialistas leigos em performances rituais, como artistas plásticos, músicos, diretores de teatro. O ritual, ao congrega a população para além dos conflitos sociais e políticos que atravessaram seus grupos e movimentos, visou alcançar dois objetivos: um de suspensão do cotidiano e outro de neutralização de seus conflitos. A demarcação clara entre a esfera secular e religiosa permitia atribuir a esta última o poder de congrega o que a política e a violência separavam. (BIRMAN, 2012)

Com o feminismo como corrente do pensamento contemporâneo (ROSADO, 2001), o impacto desse movimento sobre os estudos de religião aconteceu no campo da Teologia Cristã e depois na Teologia Não-Cristã. As análises feministas da religião foram originadas a partir de uma crítica interna à religião, crítica feita por mulheres praticantes da fé cristã. Logo, o feminismo é atuante no campo religioso enquanto movimento social, inspirando práticas de resistência e negando a sujeição das mulheres na vida social. Fabíola Rohden (1996) trouxe a noção de um movimento de mulheres organizadas, reencenando uma antiga tensão entre a igualdade e a diferença, trata-se de uma elaboração teológica composta pela religião e pressupostos feministas. Nesse grupo de mulheres se encontrava um desejo pela transformação dentro da própria tradição religiosa. Reflexões inclusive por mulheres participantes das CEBs¹ como agentes de pastoral, lá pela década de 80 do século passado, mobilizaram o processo das mulheres nas comunidades e a incorporação da Teologia da Libertação, o que propiciou a entrada da mulher como sujeito e objeto na teologia institucionalizada.

Reivindicações de distintas fiéis variavam desde o acesso ao sacerdócio, ao pastoreado, autonomia, até o uso do véu ou sua recusa entre as mulçumanas. Ao se desenvolver o discurso teológico dito pelas mulheres, em diversos aspectos se distinguiu daqueles discursos elaborados por homens, pois a demarcação da influência feminista constava nas narrativas. Ivone Gebara (2006), teóloga feminista, afirma que a Teologia Feminista brasileira se caracteriza por ser uma teologia de acadêmicas que muitas das vezes não pertencem a instituições religiosas, mas também tem as teólogas frequentemente engajadas em movimentos sociais e articuladas com o movimento de mulheres. As autoras afirmam que sem dúvidas a maior contribuição para esse seguimento ideológico e teórico, vem diretamente do movimento feminista, conceitos utilizados pela militância do feminismo político começaram a ser usado pelas teólogas em seus trabalhos. Descobre-se então, que contribuições feministas poderiam ser uteis para reflexões teológicas e o trabalho pastoral, mas é claro, ao mesmo tempo buscando o afastamento de posturas consideradas radicais (HOHDEN, 1996).

¹ Comunidades Eclesiais de Base, comunidades inclusivistas ligadas principalmente à Igreja Católica. O inclusivismo é uma corrente de pensamento que acredita que a salvação de Cristo se estende a outras religiões, desde que estas encontrem "aperfeiçoamento" ou "cumprimento" na mensagem cristã.

II. CORPO, RELIGIÃO, PLURALIDADE

Ao voltarmos nosso olhar para analisar os corpos femininos, entramos em um universo abrangente, com distintas questões e debates. Qual mulher? De qual época? Da onde? Como ela se apresenta? O que ela representa? E por aí vão tantas outras perguntas... O objetivo aqui é abordar um recorte específico, em busca de cultivar apontamentos possíveis que estimulam a compreensão das diferenças e diversidade do tema em questão.

Finalmente, preciso levantar um ponto crucial a respeito do uso do véu. Não apenas há muitas formas de cobertura, que têm elas mesmas significados diferentes nas comunidades nas quais são usadas, mas também o próprio uso do véu não deve ser confundido e nem usado como padrão para a falta de agência. (ABU-LUGHOD, 2012)

Lila Abu-Lughod, apresenta o argumento defendido a partir da sua etnografia de uma comunidade beduína no Egito, no fim dos anos 1970 e anos 1980. A autora defende que o ato de puxar o capuz sobre a face diante de homens mais velhos e respeitados é voluntário. Sendo assim, as mulheres estão comprometidas com um comportamento moral e um senso de honra ligado à família.

Para usar um caso diferente, o vestido modesto islâmico atual que muitas mulheres educadas têm usado pelo mundo muçulmano desde a metade da década de 1970 agora marca publicamente a devoção e pode ser visto como sinal de sofisticação urbana educada, uma espécie de modernidade. Como Saba Mohmood mostrou tão brilhantemente em sua etnografia das mulheres no movimento das mesquitas no Egito, essa nova forma de vestido também é percebida por muitas das mulheres que a adotam como parte de uma forma corporal de cultivar a virtude, o advento de seu desejo professo de estarem próximas a Deus. (ABU-LUGHOD, 2012)

A autora levanta dois apontamentos a partir dessa discussão básica dos significados do uso do véu no mundo muçulmano contemporâneo: combater a interpretação reducionista do véu como a falta de liberdade das mulheres e a tomada do cuidado para não simplificar as diversas situações e atitudes das mulheres muçulmanas à uma peça de roupa. Sendo assim, Lila resume afirmando que o “problema político-ético que a burca levanta é como lidar com os “outros” culturais”. O relativismo cultural é o fator de incômodo, como devemos lidar com a diferença afinal? Devemos aceitar passivamente essa diferença e somente buscar compreender? “O relativismo cultural é certamente uma melhora em relação ao etnocentrismo e ao racismo, ao imperialismo cultural e à imperiosidade intrínseca a ele”.

Mas, e quando precisamos lidar com os “outros” culturais que estão dentro da nossa cultura? Venho propor incorporar essa chave analítica para o movimento de mulheres evangélicas contemporâneas no Brasil. O que encontrei (BEZERRA, 2018): movimentos de mulheres, escolarizadas, urbanas, com acesso a mídia de massa, que estão em busca de apresentar a agência de suas ações e escolhas. São mulheres que visam se apresentar perante a sociedade moderna com um

perfil específico. Nos eventos em que fiz campo², pude compreender como esse movimento vem sendo absorvido e tem impactado o cotidiano das participantes. O movimento de mulheres evangélicas está engendrado ao projeto missionário cristão. Ele pode ser observado em diferentes frentes: mega eventos, cursos online, seminários, programas televisivos, radiofônicos e também disseminados pelas redes sociais. Essa “produção cultural” através de dispositivos e linguagens, vem redimensionando o “papel da mulher” evangélica na sociedade moderna/global. Debates sobre os direitos das mulheres podem ser encontrados nos espaços, incentivo à denúncia de violências domésticas, cuidado com as crianças e adolescentes com a questão da pedofilia, aconselhamento sobre auto cuidado, etiqueta, planejamento familiar e profissionalização. São mulheres mães, profissionais de todos os estratos, filhas, estudantes, empreendedoras, donas de casa... Sacerdotisas, religiosas, mulheres que a fé norteia seus passos feito magia e tudo que acontece no seu universo de vida é como efeito de feitiçaria, algo sobrenatural, obra do divino. Compreender esse movimento de mulheres evangélicas está na ordem do pedagógico, um projeto que orienta e ordena dimensões da forma de pensar, vestir, se por/impôr diante das distintas liberdades e dilemas que a sociedade civil moderna apresenta como opção. Mesmo estas mulheres estando diretamente vinculadas com a lógica salvacionista messiânica cristã, teriam escolhas para se aproximarem de Deus a partir de seus atos de devoção e autonomia para agenciar suas vidas.

[...] quando eu falo em aceitar a diferença, eu não estou supondo que deveríamos nos resignar a ser relativistas culturais que respeitam o que quer que aconteça em outros lugares como sendo “apenas a cultura deles”. Eu já discuti os perigos das explicações “culturais”; as culturas “deles” fazem tanto parte da história e de um mundo interconectado quanto a nossa faz. O que advogo é o trabalho duro envolvido em reconhecer e respeitar as diferenças – precisamente como produtos de diferentes histórias, como expressões de diferentes circunstâncias e como manifestações de desejos diferentemente estruturados. Nós podemos querer a justiça para as mulheres, mas podemos aceitar que pode haver ideias diferentes sobre a justiça e que mulheres diferentes podem querer, ou escolher, futuros diferentes daqueles que vislumbramos como sendo melhores? [...]

Meu ponto é lembrar-nos de estar atentos às diferenças, de ser respeitosos em relação a outros caminhos que levam à mudança social e que possam trazer às mulheres vidas melhores. Pode haver uma liberação que seja islâmica? E, além disso, será a liberação realmente um objetivo pelo qual todas as mulheres ou o povo se esforçam? Emancipação, igualdade e direitos são parte de uma linguagem universal que nós demos usar? (ABU-LUGHOD, 2012)

Geertz (2001), nos diz que descobrir quem as pessoas pensam que são é um recorte crucial para o fazer antropológico, para compreender a cultura alheia. Não é simplesmente “virar um nativo”

² Conferência Missionária anual para mulheres, participei nos anos 2016 e 2017 e aconteceu no Rio Centro/RJ, com a presença de aproximadamente 6 mil participantes, com caravanas de diferentes regiões do país e duas internacionais. Para maiores informações, segue a plataforma digital, que contém conteúdo e informações de edições anteriores e próximas <<https://profetizandoasmulheres.com.br/>>.

ou buscar sentir como os outros sentem, isso seria presunçoso e impossível. A preocupação com a produção do sentido, as distintas formas de estar no mundo, a antropologia interpretativa. Pensar a gestão da diversidade é uma necessidade do fazer antropológico, para o autor, a diferença emerge de dentro de grupos como categorias elementares. Como devemos compreender os sentidos e significados produzidos pelos grupos que estão inseridos no sistema social de um regime político específico, instituído por delimitações, acordos e regras, mas por se tratar de fenômenos sociais, fogem das pautas e criam suas próprias delimitações e leis. Observar os evangélicos e sua consolidação nas distintas cenas da política formal na esfera pública nos põe na necessária posição de compreender como essas pessoas se vêm diante desse momento histórico. O cristianismo evangélico como um fenômeno social está para além da questão da instrumentalização da fé.

Não é apenas a magnitude desse trânsito religioso que importa, mas seu simbolismo: pretos e pardos pobres convertidos ao protestantismo ascendem socialmente e ocupam o espaço de brancos de herança católica, inclusive se fazendo presentes dentro do Estado. Isso está acontecendo de maneira pacífica, na nona maior economia do mundo, em um país de dimensões continentais com 220 milhões de habitantes.

A relevância do fenômeno é amplificada pelo desconhecimento que as elites pensantes do país têm em relação ao cristianismo evangélico – apesar de rica e extensa literatura acadêmica produzida nas últimas décadas sobre o assunto. (SPYER, 2022)

III. POLÍTICA FORMAL E AS “MULHERES CONSERVADORAS”

O cristianismo evangélico e sua ocupação na esfera pública é a questão que vem sendo explorada nos desdobramentos das reflexões da pesquisa em andamento. Mais precisamente as mulheres evangélicas e sua ocupação expressiva nos últimos anos, com um discurso acessível e técnico. Essas vozes ecoam através de canais midiáticos e artísticos, alcançam milhares de adeptas/fiéis dentro e fora do país, e estão cada vez mais presentes na cena da política formal. Podemos encontrar diferentes perfis de mulheres religiosas atuantes em projetos e programas de políticas públicas, sendo assim, como os direitos civis estão impactando a agenda política das mulheres evangélicas?

Foi através do campo de mulheres religiosas na política formal que pude observar algumas ações que estão sendo aplicadas na esfera pública nacional. O partido Republicanos tem um desdobramento denominado Mulheres Republicanas, além de contar com um espaço virtual próprio no site que apresenta as ações continuadas das parlamentares eleitas do partido, conta com um perfil próprio nas redes sociais, como o *Instagram*. Com um pouco mais de 19 mil seguidores, o perfil nacional do movimento engaja seus seguidores com conteúdo regionais, circula mídias dos eventos, divulga

campanhas, e se classifica como o projeto que está formando o maior movimento de mulheres do Brasil. Ao analisar os conteúdos já produzidos, pude observar nos últimos 10 anos a projeção e arranjo desse setor dentro do partido. O pacto de viabilizar o fortalecimento da ala feminina está alinhado com o objetivo de crescimento do partido e as ações se multiplicam a cada ano. Lendo artigos no *site* do movimento Mulheres Republicanas, encontrei um evento para pré-candidatas e secretárias municipais de vários municípios do Rio de Janeiro. O evento aconteceu na sede do partido, uma palestra ministrada pela vereadora Tânia Bastos - “Mulheres na Política Eleições 2024”. Nesta ocasião, uma cartilha foi distribuída; ‘Cartilha da Vereadora, Orientações para o Mandato das Mulheres’³. O teor da cartilha é o compartilhamento de leis, diretrizes e procedimentos para uma carreira parlamentar. Durante o evento diferentes autoridades discursaram, foi dito que o diferencial de uma campanha efetiva e eficiente é o conhecimento das leis eleitorais e saber as regras do jogo. Ao tomar conhecimento dessa cartilha, uma ferramenta informativa e construtiva, pude analisar que a iniciativa da confecção da cartilha foi do Senado Federal, logo, uma produção democrática e inclusiva que visa o empoderamento da mulher na política formal. A ação orienta atuais e futuras parlamentares municipais. Sua versão física tem sido distribuída, mas também está digitalizada, suas propostas incentivam a equidade de gênero nas câmaras municipais.

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF), é uma personagem que desempenha um papel de destaque nos últimos anos, para além de ter tido uma posição de liderança no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019-2022), ser religiosa e ter sua filiação em um partido conservador e confessional, hoje ocupa a posição de representante das (muitas) mulheres conservadoras. Entre suas frente de atuação pode ser observado uma atenção na esfera de projetos e ação sociais, em uma recente investida em abril deste ano lançou o “Se Liga Irmã” - campanha de capacitação para agentes de acolhimento nas instituições religiosas. O objetivo da ação é conscientizar lideranças e mulheres cristãs no combate à violência contra a mulher, suas formas de prevenção e enfrentamento. Acompanhei a transmissão do lançamento, destaquei algumas falas da Damares onde afirmou que iria pessoalmente circular com a equipe da campanha visitando igrejas evangélicas e católicas do Distrito Federal e convidou representantes de outros estados para adotarem a campanha. Incentivar denúncias de agressão a mulheres pertencentes a comunidades religiosas está no centro do debate desta ação, para a senadora, é preciso formar uma rede cristã comprometida com a proteção da mulher. A senadora viabiliza a instituição igreja como aliada dos projetos de políticas públicas e

³ Para maiores informações referente à cartilha, disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/648860> Acessado 09 set 2024.

meio de alcançar a população que o “Estado/governo” não alcança. Na *live* de lançamento, Damares voltava sua narrativa para os ouvintes que acompanhavam virtualmente e convocava sua plateia presencial e virtual para aderirem à campanha. “A campanha visa proteger as mulheres que sofreram algum tipo de violência: idosas, indígenas, ciganas, imigrantes.” Damares afirmou que o objetivo é defender as mulheres em suas diferenças.

Em seu conjunto de atuação, Damares apoia projetos de empoderamento da mulher na sociedade contemporânea, no Brasil e em comunidades brasileiras nos EUA. O “Encontro Mulher Protagonista Academy” tem como objetivo principal apresentar a importância da liderança feminina e do empreendedorismo, revelando os pilares que definem a mulher protagonista: “ser uma agente de transformação e servir outras vidas”. Damares participou em fevereiro deste ano do evento no Sul da Florida e teve sua aparição como atração principal, contou sua história de vida, apresentou dados sobre tráfico humano, exploração sexual infantil e alinhou seu discurso com um tom de convocação para que as mulheres aderissem a luta pela valorização da família, proteção da infância e pela garantia dos direitos humanos. Esse evento aconteceu em uma espécie de tour, seguiu para Orlando, Atlanta e Boston. Majoritariamente o encontro aconteceu em espaços de igrejas evangélicas nas comunidades brasileiras dos EUA e contou com a presença de centenas de mulheres. Este evento conta com uma variação, no mês de setembro acontecerá no formato de imersão, o “Imersão Protagonista Lidera”, com diferentes palestrantes com o foco de empreendedorismo, saúde, cosmético e autoestima. Acontecerá em dois turnos, em um único dia.

O partido Republicanos conta com algumas estruturas de atividades ativas para além do período eleitoral, uma delas é o Mulheres Republicanas. Essa estrutura proporciona cursos e encontros regionais e nacionais. O partido tem uma estrutura de comunicação e divulgação das suas atividades muito estruturada, o que me chamou atenção nesse período de pré-campanha em 2024. As mídias sociais são ferramentas de trabalho e de campanha, é também no site da Fundação do Partido Republicanos que cursos são oferecidos no formato gratuito. Participei ativamente de cursos, fóruns de capacitação e no momento da escrita deste trabalho estou como integrante de um grupo de WhatsApp nacional de Mulheres Republicanas. Todos estes meios de engajamento e capacitação são diretamente divulgados pela senadora, ela pessoalmente vincula vídeos de convocação em seu próprio perfil do Instagram e posta em conjunto com o perfil Mulheres Republicanas.

No grupo de WhatsApp “Você, Eleita 10 – 2024” encontrei um espaço de sociabilidade especificamente delimitado: é um grupo de debate estritamente eleitoral, a dinâmica é regulada somente pelas moderadoras/administradoras do grupo. Essa assessoria é composta advogadas,

especialistas em marketing de campanha, entre outras profissionais não declaradas. A função principal do grupo é orientar as campanhas do Movimento Nacional Mulheres Republicanas. O grupo foi criado em julho de 2024, durante a pré-campanha de vereadoras, no momento da escrita deste trabalho constam 498 participantes. Ainda na pré-campanha a moderação do grupo de WhatsApp divulgava a agenda das oficinas de capacitação, informando os temas, datas, horário, bem como o *link* de acesso para a transmissão ao vivo. O grupo era silenciado para as pré-candidatas, a interação das participantes acontecia somente durante as *lives*, no *chat* da transmissão ao vivo. As oficinas “Você, Eleita 10! Formando Mulheres para o Futuro” se deu em diferentes etapas: 1º) Oficina “Mulheres no Poder: Domine as Regras do Jogo eleitoral 2024”; 2º) Oficina “Mulheres no Poder: Construa seu Plano de Governo Vendedor para 2024 – Vereadoras e Prefeitas”; 3º) Oficina “Mulheres em Ação: Domine a Comunicação e Mobilização para Vender em 2024”. As oficinas foram gratuitas e com transmissão ao vivo pelo Youtube. O material didático utilizado pelas palestrantes de cada oficina também foi disponibilizado em arquivo, no grupo do WhatsApp. Na última quinzena antes do lançamento oficial das candidaturas, a moderação do grupo implementou um novo modelo de interação, durante o período de 18h às 21h o grupo ficaria à disposição para as participantes postarem suas dúvidas e ideias, durante os dias seguintes a equipe de suporte forneceria as respostas com sugestões e orientações. Neste espaço tem sido disponibilizado materiais para serem utilizados de maneira padronizada: material de plano de mandato, dicas e técnicas para criar vídeos (uso de ChatGPT para criação de *stories* por exemplo) e mobilização, *pack* de figurinhas, informações atualizadas de decretos do TSE sobre os mais variados assuntos de campanha, orientações para confecção de camisetas dos cabos eleitorais e equipe de campanha, recomendações referente aos contratados para equipe de campanha (não contratar parentes, menores de idade, servidores públicos ou comissionados, beneficiários de programas sociais ou previdenciários, afins). Esta assessoria acontece de forma continuada, com pequenos intervalos que são estipulados pelos administradores do grupo. Ao finalizar o tempo das interações uma mensagem é postada por um moderador avisando o fechamento do grupo, orientando para aguardarem as respostas e a próxima abertura. Por vezes o grupo fica alguns dias sem ter a abertura de interação, nesse período, a assessoria encaminha vídeos com conteúdos novos e até mesmo vídeos antigos que já tiveram circulação no grupo. As respostas são quase todas atendidas, ao que pude perceber, somente perguntas com a temática sobre o fundo partidário, a distribuição do fundo eleitoral e os possíveis valores das cotas de candidaturas femininas são ignoradas. Porém, existe um vídeo do TRE-SC que foi postado no grupo explicando sobre tais questões, prazos de distribuição, leis e o fundo eleitoral destinado aos partidos. A moderação do grupo solta alguns alertas com

mensagens de reprovação em determinados assuntos, como: divulgação da campanha individual, divulgação de conteúdo individual, anúncio de vendas paralelas, ou até mesmo conversas individuais. No final da mensagem de alerta, consta em tom de ameaça o fechamento do grupo antes do tempo previsto caso continue acontecendo interações indevidas. Porém, uma cena se destacou, uma candidata pediu orientação da advogada em relação ao seu desejo de desistir da campanha, sendo mais específica ela queria saber quais medidas deveria tomar e qual tipo de multa poderia ser gerado nesse tipo de situação. Logo em seguida, as mulheres participantes do grupo, se voltaram para a situação como uma rede de apoio, mensagens de suporte e ânimo foram ocupando o grupo, cada uma com um relato, um versículo de incentivo e em sua maioria com mensagens que terminavam com uma palavra de fé. De certa forma essas mulheres “se conhecem” a cerca de dois meses, algumas já fizeram grupos paralelos ou se adicionaram no privado e em outras redes sociais, logo, um círculo de relacionamento vem mobilizando uma interação afetiva para além do objetivo principal ali evocado pelo grupo de administradoras. Este episódio ficou marcado como o dia em que o tempo de interação das participantes se voltou para o acolhimento e histórias de vidas das participantes. Houveram diferentes relatos de crises, inseguranças e pensamentos de desistência da campanha. Uma candidata mencionou que a falta de recurso estava impossibilitando de dar continuidade, outra contou ter tido uma tensão corpo a corpo com outra candidata da cidade de outro partido, algumas com situações em comum falaram sobre a falta de material para trabalhar e projetar sua campanha. Em tom de apaziguação, diferentes candidatas abordavam orientações para não se abaterem com as dificuldades, ou colocaram a opção de fazerem campanhas para além de materiais físicos, focarem no projeto de campanha, citaram a trajetória da senadora Damares Alves como exemplo de superação das adversidades... E assim, a candidata que iniciou esse movimento de desistência agradeceu o apoio e afirmou que estava decidida a dar continuidade à candidatura graças as intervenções das colegas.

A organização de redes digitais viabiliza uma transformadora esfera de agenciamento para o circuito de projeção para novas candidatas. Os espaços físicos e virtuais de instituições religiosas vêm acionando a consolidação de redes e sociabilidades de empoderamento das mulheres, permitindo que essa virada seja observada como reflexo nos eventos antes estritamente religiosos. Hoje, as mulheres candidatas se veem como parte do processo de transformação que almejam para si e para a nação, essas ações apontam para a trajetória política como um desdobramento de alcançar autoconfiança, uma missão, o status social e poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente estudo é mais um experimento em antropologia digital, “uma atenção transversal à intervenção crescente do digital como mediação cada vez mais presente em relações que se desdobram também *offline*” (CESARINO, 2012). Novos fenômenos são tidos como definidores da contemporaneidade, as eleições de 2024 e todas as redes se reorganizam no ordinário do cotidiano digital. Observa-se como digitalização vertiginosa da vida causa tensões em diferentes escalas, tanto na esfera pública quanto na privada (HORST & MILLER, 2012). Ao trazer argumentos que validam a relevância do estudo para compreender a agenda política das parlamentares conservadoras nos debates de políticas públicas e direitos humanos, observamos a disputa narrativa e mobilização a partir das redes digitais.

Os evangélicos vêm disputando os espaços públicos não é de hoje, e a religião pública está cada vez mais superando os modelos ultrapassados. Para Clara Mafra (2001) o “cinturão pentecostal” foi a superação do modo católico de solucionar problemas e tensões, pelo modelo cultural pentecostal. Agora estamos presenciando outra virada, um “cinturão de mulheres” onde as questões e problemas da política nacional estão sendo pensadas por mulheres, mulheres conservadoras e evangélicas também.

(...) a luta das mulheres é pela representação de mulheres, que são mais da metade da população brasileira, ou pela representação de mulheres que se constituem politicamente como tal? Essa distinção é fundamental na discussão do espaço da participação política. A primeira situação diz respeito a uma situação estreita de justiça numérica na representação, a segunda ao significado político da participação. Essa questão não é de fácil resolução: por um lado, parece adiantar pouco para as mulheres (ou para qualquer outro grupo nessa mesma situação) eleger muitas mulheres que não tenham nenhum compromisso com as causas defendidas pelo feminismo, por outro, entretanto, a pergunta que se impõe é a de que, se homens de todos os matizes ideológicos, de todas as posições sobre os mais diversos temas podem ter assento no Legislativo, por que só as “mulheres conscientes” mereceriam esse privilégio. (PINTO, 2001)

REFERÊNCIAS:

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. *Revista de Estudos Feministas*, v20, n2, p. 451-470, 2012.

BEZERRA, Jamille. Profetizando às Mulheres: mídia gospel, gênero e política. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

BIRMAN, Patrícia. Cruzadas pela Paz: práticas religiosas e projetos seculares relacionados à questão da violência no Rio de Janeiro. *216 Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(1): 209-226, 2012.

CESARINO, Leticia. 2020a. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*. n. 1, v. 1, p. 91-120, fev.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

HEILBORN, Maria Luiza. Entre as tramas da sexualidade brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006.

HORST, H. & MILLER, D. (2012). *Digital anthropology*. Londres: Berg.

MACHADO, Maria das Dores. BURITY, Joanildo. A ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.57, nº3, pp. 601 a 631. 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *SOS Mulher – A identidade feminina na mídia pentecostal*. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 1, n.1, p.167-188, ser. 1999.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Gênero, Religião e Política: as evangélicas nas disputas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 4, n. 4, p.125-148, out 2002.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(2): 29-56, 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. A identidade evangélica em disputa. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 83-89, 2021.

MAFRA, Clara. *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n.2, p. 238-258, maio-ago. 2011.

MONTEIRO, Paula. Controvérsias Religiosas e Esfera Pública: *REPENSANDO AS RELIGIÕES COMO DISCURSO*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 32(1): 167-183, 2012.

MONTEIRO, Paula. RELIGIÃO CÍVICA, RELIGIÃO CIVIL, RELIGIÃO PÚBLICA: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES. Debates do NER, Porto Alegre, ano 19, n. 33, p. 15-39, jan./jul. 2018.

PINTO, Céli. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. REVISTA USP, São Paulo, n. 49, p. 98-112, março/maio 2001.

ROSADO, Maria José. Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 294-304, janeiro-abril/2006.

ROSADO, Maria José. O Impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.79-96. 2001.

SPYER, Juliano. Povo de Deus: Quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2022.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa – CCPG PUC RIO. A autora declara que não há conflito de interesses a mencionar.

Jamille Bezerra é Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-RIO (PPGCIS) e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS). Integrante do grupo de pesquisa CORRE: Experimentações etnográficas em territórios urbanos (PPGCS/UFRRJ) e Estetipop – laboratório de pesquisa antropológica em estéticas, aprendizagens e cultura pop/popular.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.